

O BLOCO EM LUTA PELA ATUALIZAÇÃO DAS PENSÕES E REFORMAS!

ESTE BOLETIM TAMBÉM SUMARIA A REUNIÃO DE 13 DE DEZEMBRO, LISBOA

REUNIÃO DE
13 DE DEZEMBRO
(ONLINE E PRESENCIAL)

Análise política - Sobre a situação política nacional, debateu-se: **(1)** As consequências graves decorrentes das chuvas intensas que têm fustigado o continente, acentuando-se a ideia de que como fenómeno atmosférico ligado às alterações climáticas, constata-se, contudo, de que as sucessivas governações das cidades não têm feito as intervenções necessárias para evitarem que estes flagelos se abatam sobre as populações; **(2)** A situação política vivida no PS e a denúncia de casos de corrupção de membros ligados a cargos no governo, envergonham o país e multiplicam-se inexplicavelmente, desacreditando na opinião pública todos e todas que intervêm na política, alimentando o discurso populista da extrema-direita; **(3)** A grave situação vivida no SNS, com insuficiência de respostas por parte do governo, que prioriza o despiste de doenças graves para aumentar o financiamento aos privados, aprofunda a ideia de que de que o faz porque está a trabalhar para o entregar aos privados; **(4)** Foi sinalizada a intensificação da luta dos docentes e da sua adesão a formas diferentes de a decidir, rejeitando um calendário organizado, exigindo que a mesma seja conduzida de forma intensa e continuada. Foi abordado o papel dos sindicatos e da sindicalização.

Sobre a situação política internacional, debateu-se: **(1)** A corrupção na EU, deixando a nu as portas giratórias que se estabelecem nas cadeias de poder e que provocam a desconfiança na representação democrática ao mais alto nível; **(2)** Preocupação com a situação no Brasil, a exigir toda a solidariedade internacional, sendo que se teme a tentativa de golpe violento por parte de Bolsonaro.

INFORMAÇÕES

Foram dadas as seguintes informações sobre iniciativas do Bloco, sobre a atividade sindical e associativa, sobre debates e sessões públicas:

- 26 de Novembro realizaram-se as eleições para a coordenadora da Distrital de Lisboa e para as coordenadoras da maioria das concelhias deste âmbito geográfico.

- 29 de Novembro, realizou-se a Conferência de Professores Aposentados da FRENPROF, em que participou a camarada Deolinda Martin como delegada eleita, que defendeu algumas propostas quanto à atualização das pensões que foram integradas no respetivo caderno reivindicativo, contudo, no que toca à de convergência na luta com Associações representativas de pensionistas e reformados/as, à semelhança da estratégia seguida pela Federação no que toca aos docentes no ativo e que mereceu um debate aceso, foi rejeitada pela maioria dos delegados presentes.

- 29 de Novembro, realizou-se a Assembleia Geral da APRe! em Coimbra, em

NÃO
ESQUEÇAS:

PRÓXIMA REUNIÃO:

LISBOA | TERÇA, 10 DE JANEIRO, 14H30



que alguns/algumas elementos do Grupo +60 participaram na sua qualidade de sócios/as da APRe!, lamentando-se a pouca mobilização para a mesma, o que teve como consequência a perda de propostas como a de realização de uma Assembleia Geral em março para revisão do Caderno Reivindicativo em 2023 e a de organização de ações de rua, mostrando-se a direção não receptiva a este tipo de ações.

- 13 dezembro, emissão no Ribatejo à Esquerda (online) evocativa dos 50 anos da ocupação da Capela do Rato, com Luís Moita e Francisco Louçã.

- 15 dezembro, vai haver uma Vigília de Docentes na Praça de Alvalade, em frente à DGESTE.

- 17 dezembro, realiza-se o Almoço Comício do BE, para angariação de fundos, no Mercado do Forno do Tijolo, em Lisboa.

ATUALIZAÇÃO DO CADERNO REIVINDICATIVO DO GRUPO +60

Foram apresentadas duas propostas por escrito que juntamente com o documento aprovado em 2021 serviram de texto-guião para a discussão sobre a atualização do caderno reivindicativo do grupo +60.

Foi aprovado o Caderno Reivindicativo para 2023 (*ver no fim do Boletim, embora ainda em aberto).

Foi considerado necessário auscultar sobre algumas matérias os deputados/as bloquistas que tratam destes assuntos e reunir com elementos da comissão política dando conhecimento do nosso caderno reivindicativo. Após estas diligências iremos proceder à sua publicação e apresentação.

PRÓXIMA REUNIÃO: DIA 10 DE JANEIRO, ÀS 14H30

A próxima reunião será no dia 10 de janeiro, realizar-se-á presencialmente na Sede Nacional - Rua da Palma, 268, 1100-394 Lisboa, bem como online. Será utilizado o link:

<https://us02web.zoom.us/j/81367466044>

Proposta de Ordem de Trabalhos

1. Análise Política

2. Informações

3. Iniciativas do Grupo +60 – divulgação do Caderno Reivindicativo*

A Coordenação

Deolinda Martin

Berta Alves

**NÃO
ESQUEÇAS:**

PRÓXIMA REUNIÃO:

LISBOA | TERÇA, 10 DE JANEIRO, 14H30



*CADERNO REIVINDICATIVO DO GRUPO +60 PARA 2023

Atualização aprovada na reunião mensal do Grupo +60 do dia 13 de dezembro de 2022.

- REFORMA/PENSÕES**
- Atualização extraordinária das pensões de reforma para recuperação do poder de compra perdido com os vários anos de congelamento;
 - Convergência imediata do rendimento mínimo para valor equivalente ao estabelecido para o limiar da pobreza;
 - Direito à reforma com 40 anos de descontos ou 65 anos de idade sem penalizações;
 - Eliminação do corte resultante do fator de sustentabilidade nas reformas a atribuir e nas já atribuídas;
 - Redução personalizada da idade da reforma. Por cada ano acima dos 40 anos de descontos, os trabalhadores e as trabalhadoras devem ter um ano de redução na idade legal de reforma, fazendo o caminho para que seja possível reconhecer a reforma completa aos 40 anos de descontos;
 - Criação de um complemento extraordinário para compensar pensionistas com longas carreiras contributivas, mas que não puderam aceder às novas regras criadas, e que estão condenados até ao fim da vida a ficarem nas suas pensões com os cortes do PSD e do CDS;
 - Atualização das pensões de acordo com os critérios da Lei nº 53-B/2006 de 29 de dezembro a partir de 01/2023.

- IRS**
- Alteração da dedução específica do IRS, nomeadamente passar para 14 x valor equivalente ao estabelecido para o limiar da pobreza;
 - Introduzir dois novos escalões da tabela de IRS, regressando assim aos oito escalões pré-troika, de forma a aumentar a progressividade e aliviar a carga fiscal sobre os rendimentos do trabalho;
 - Substituir a atual tabela de retenções na fonte do IRS de forma a coincidir com o valor aproximado do imposto a pagar;
 - Aumento da dedução de despesas de saúde, em sede de IRS, sendo consideradas todas as despesas com a saúde;
 - Aumento da dedução da comparticipação com custos de Lares para 50% ;
 - Incluir as despesas com a frequência de Universidades séniores para dedução em sede de IRS;
 - Tributação autónoma da meia pensão paga antecipadamente em outubro de 2022 de forma a que nenhum reformado/a tenha o seu escalão de IRS aumentado.

**NÃO
ESQUEÇAS:**

PRÓXIMA REUNIÃO:

LISBOA | TERÇA, 10 DE JANEIRO, 14H30



- PRESTAÇÕES SOCIAIS**
- Equiparação do valor do Indexante de Apoios Sociais ao valor calculado como o limiar da pobreza;
 - Alargamento do acesso ao Complemento Solidário para Idosos, alterando os valores do cálculo do rendimento anual máximo para o requerer, passando o CSI a ser calculado a partir do valor do limiar da pobreza x 14 meses, considerando apenas e exclusivamente o rendimento do/da requerente/casal e sendo pago em 14 prestações por ano;
 - O Complemento por Dependência não seja considerado para efeitos de IRS;
 - Aumento do subsídio por morte e garantia de pagamento dos duodécimos correspondentes aos subsídios de férias e Natal no ano do falecimento do/a beneficiário/a e que seja igual para todos/as.

- SAÚDE**
- Fim de todas as taxas moderadoras no SNS;
 - Reforço do Estatuto do Cuidador/a Informal, revendo a portaria de 2020, nomeadamente a condição de recursos para cuidador/a principal ter em conta os rendimentos de todo o agregado familiar e ser condição de atribuição da prestação ser familiar;
 - Reforço da Rede Nacional de Cuidados Continuados, nas vertentes de internamento e domiciliária;
 - Garantia de médico de família e/ou assistente para reformados/as e/ou maiores de 65 anos;
 - Na falta de médicos de família que seja atribuído um enfermeiro/a de referência;
 - Alargamento dos horários de atendimento nos Centros de Saúde e USFS, garantindo maior proximidade e contribuindo para um atendimento mais adequado nos serviços de urgência;
 - Dotação dos centros de saúde e das unidades de urgência básicas de meios de diagnóstico quer em laboratórios quer em equipamentos RX;
 - Garantia de linhas diretas de telefone nas unidades de saúde vocacionadas para os idosos/as e atendidas por técnicos de saúde;
 - Generalização de um serviço público de apoio domiciliário de saúde;
 - Aumento da comparticipação do Estado na aquisição, por parte de pensionistas e aposentados e/ou maiores de 65 anos, de aparelhos auditivos, próteses várias e tratamentos de fisioterapia;
 - Disponibilização de consultas das principais especialidades nos Centros de Saúde;
 - Garantia de transporte gratuito para seniores mais carenciados ou sozinhos nas deslocações para tratamentos de saúde;
 - Despenalização da morte medicamente assistida.



- HABITAÇÃO** - Atribuição de subsídio de renda para situações de carência financeira para reformados/as e pensionistas e estabelecimento de tetos para rendas;
- Disponibilização de património público para programas de habitação a rendas acessíveis calculadas sobre o rendimento anual bruto declarado em IRS;
 - Suspensão imediata das ações de despejo para reformados/as e pensionistas, independentemente dos anos em que tenha residido na habitação;
 - Alteração da Lei de Bases da Habitação para que proteja quem mais precisa;
 - Programa para adaptação de casas para mobilidade condicionada e de reabilitação com vista a melhorar a eficiência energética;
 - Investimento público para a implementação de soluções de habitação e coabitação sénior.

- TRANSPORTES/
MOBILIDADE** - Gratuidade nos transportes públicos para reformados/as e/ou maiores de 65 anos em todo o país;
- Generalização de transportes inclusivos adaptados.

- AUTARQUIAS** - Criação de Gabinetes de Apoio aos Seniores, nomeadamente no apoio a aplicações informáticas (Segurança Social Direta, e-fatura, Portal das Finanças entre outras), em todas as freguesias e uniões de freguesias;
- Criação/reforço de um serviço de pequenas reparações domésticas (canalizações, instalações elétricas, janelas, etc.) a fim de reduzir os acidentes domésticos e contribuir para a poupança de água e de eletricidade;
 - Sinalização adequada nas zonas habitacionais garantindo maior segurança aos idosos e/ou portadores de incapacidade física;
 - Em articulação com as autarquias, a adoção de medidas que permitam melhorar a mobilidade e o apoio domiciliário, incluindo serviços de saúde, combatendo o isolamento social dos idosos;
 - Criação de um sistema de transporte municipal gratuito, preferencialmente elétrico, para transportar doentes e para distribuição de medicamentos ;
 - Criação ou implementação de um Sistema de Telecuidado público articulado com o SNS;
 - Criação de programas de formação para seniores para aquisição de competências e aumentar a literacia no uso das tecnologias de informação, nomeadamente permitindo o acesso à telessaúde e a consultas à distância;
 - Sejam assegurados pelas autoridades autárquicas equipamentos urbanos que facilitem a circulação e a sociabilização dos idosos e/ou portadores de deficiência como, por exemplo, a construção de passeios nivelados e planos rebaixados nas zebras, jardins, bancos, zonas cobertas para convívio e equipamentos de exercícios adaptados a seniores e a portadores de deficiência;



- Programas de reabilitação urbana, elaborados pelas autarquias, com atenção privilegiada às habitações dos munícipes seniores, adaptando-as arquitetonicamente à fase de envelhecimento e dotando-as de eficiência energética;
- Construção ou cedência de terrenos para construção de equipamentos de apoio aos idosos como lares, centros de dia e de noite para entrega de gestão ao Estado Central ;
- Prioridade ao policiamento de proximidade que, em articulação com as juntas de freguesia, USF ou Centros de Saúde, permitam a sinalização de seniores em risco, seja de violência, seja de solidão ou seja de pobreza extrema;
- Reforço do Fundo de Emergência Social (FES), que atenda a necessidades dos idosos em despesas prementes que não possam pagar nas áreas da saúde, da habitação ou outras;
- Apoio na Limpeza dos Terrenos, no caso de os proprietários não terem condições físicas ou não disporem de recursos económicos;
- Garantir através das autarquias acesso às universidades seniores a utentes de rendimentos baixos;
- Generalização a nível nacional de programas de desporto sénior em colaboração com os clubes desportivos.
- Mobilização dos saberes dos seniores, identificados como figuras de referência nas diversas áreas, para enriquecimento de projetos locais sejam culturais, recreativos ou educativos, como as bibliotecas municipais e os teatros.

LARES E APOIO DOMICILIÁRIO

- Criação de um Serviço Nacional de Cuidados que integre soluções alternativas aos Lares;
- Fiscalização rigorosa dos lares, centro de dia e serviços de apoio domiciliária, de acordo com a legislação que permita uma intervenção corretiva imediata;
- Criação de uma Rede Pública de Apoio ao Idos@, incluindo Estruturas Residenciais para Idos@s e Serviço de Apoio Domiciliário (SAD) e de Centros de Proximidade, em parceria entre o Ministério do Trabalho, Solidariedade e Segurança Social, o Ministério da Saúde e Autarquias;
- Investimento na formação de profissionais para o desempenho destas funções.

SERVIÇOS DIVERSOS

- Considerar o gás como um bem de primeira necessidade, com o tabelamento do custo e a redução de IVA para 6% do gás de botija e do gás canalizado;
- Abolição de comissões bancárias da Caixa Geral de Depósitos para quem recebe a sua pensão no banco do estado;
- Generalização a todo o território nacional da atribuição automática das tarifas sociais existentes (água, internet, energia, resíduos);
- Criação de um balcão de apoio aos segurados seniores no Instituto de Seguros de Portugal

**NÃO
ESQUEÇAS:**

PRÓXIMA REUNIÃO:

LISBOA | TERÇA, 10 DE JANEIRO, 14H30



nas situações de divergências entre as companhias e os clientes.

CULTURA E LAZER - Criação de legislação que garanta um desconto mínimo de 50% a aposentados/as e pensionistas e/ou maiores de 65 anos na entrada em todos os espaços culturais geridos pela administração central, regional ou local e por empresas públicas ou municipais.